

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ: REFLEXÕES DO CONTRASTE DE UM UNIDADE A OUTRA SOB A PERSPECTIVA DA COMPLEXIDADE

Rosane Batista Souza

Graduada em pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (2021), Especialista em Educação Especial (2022), mestrado em educação em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFAL/CEDU na linha de pesquisa Educação Especial e Sofrimento Psíquico, integrante do grupo de pesquisa PAII- Práticas de Aprendizagem Integradoras e Inovadoras, no qual atua nas linhas Práticas de Aprendizagem Integradora e Inclusiva e Práticas de Aprendizagem Integradora na Educação Infantil. Professora de Educação Especial na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas SEDUC-AL.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6566-5191>

E-mail: rosanebatistasouza87@gmail.com

Resumo: O presente trabalho será baseado na análise de um relato de experiência acerca de visita técnica feita a duas unidades prisionais do complexo prisional da cidade de Maceió-AL. Para fins de análise, foi feita a análise qualitativa de uma unidade à outra sob a perspectiva da complexidade, onde realizamos reflexões em relação a educação como ferramenta de reintegração social fundamentada na complexidade do público alvo no Sistema Prisional Alagoano. Por fim expusemos um levantamento de dados, da população carcerária do Brasil dando ênfase ao estado de Alagoas. Diante do relato da visita feita as unidades prisionais pode-se perceber a diferença entre o Núcleo de Ressocializador da Capital onde se há a realização de um projeto baseado em módulos de respeito, os detentos circulam livres dentro da unidade realizando trabalhos e estudando no horário contrário.

Palavras-chave: complexidade; educação; sistema prisional.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

EXPERIENCE REPORT FROM A TECHNICAL VISIT TO THE CLASSROOMS OF TWO MACEIÓ PRISONAL UNITS:

reflections from the contrast of one unit to another under the perspective of complexity

Abstract: *The present work will be based on the analysis of an experience report about a technical visit made to two prison units in the prison complex in the city of Maceió-AL. For the purposes of analysis, a qualitative analysis was made from one unit to the other from the perspective of complexity, where we carry out reflections in relation to education as a tool for social reintegration based on the complexity of the target audience in the Alagoas Prison System. Finally, we exposed a survey of data on the prison population in Brazil with emphasis on the state of Alagoas. In view of the report of the visit made to the prison units, one can see the difference between the Resocialization Center of the Capital where there is a project based on modules of respect, the inmates circulate freely within the unit carrying out work and studying at the opposite time.*

Keywords: *complexity; education; prison system.*

INTRODUÇÃO

O ideal da educação como direito de todos vem surgir em 1948, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que, em seu artigo 26, inciso I, o texto afirma que a instrução é direito de todos os seres humanos e que ela “[...] será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”. Quanto ao objetivo da instrução, o inciso II, da DUDH, determina que: “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

Deste modo, a partir do excerto acima, podemos observar que o documento, em momento algum, faz distinção de classes, cor, condições de privação de liberdade, ou seja, mesmo o sujeito estando com a sua privação de liberdade, ele continua tendo direito à educação, isto é, o fato dele ter cerceado seu direito de locomoção na sociedade não cessa seus direitos de receber orientação educacional. Tendo como base essa argumentação à discussão acerca da educação no sistema prisional, deveria ser uma das prioridades nas políticas de estado e não apenas na política de governo, pois está preconizado no inciso II, o sentido da educação ser voltada para o fortalecimento do

respeito, concomitantemente com os direitos humanos, trabalhando a relação Estado x sujeito privado de sua liberdade.

Neste contexto, se faz mister que o trabalho em grupo, seja utilizado como ferramenta facilitadora da reinserção desse sujeito marginalizado no seu retorno à sociedade. Dentro do sistema prisional o interno, entra nessa nova realidade onde está sujeito a regras, apresentadas a ele como normas regulamentadoras de convívio nessa nova “sociedade”, onde o mesmo está inserido, mesmo contra a sua vontade.

Sobre essas regras no sistema prisional, Ireland (2010, p. 29) nos diz que “para sobreviver dentro das instituições penitenciárias o preso precisa aprender a obedecer e a ‘enquadrar-se’, e a se adaptar às regras para sobreviver”. Nessa concepção podemos inferir que o sujeito, ao ser ingresso dentro do sistema prisional, seu único direito passa a ser o cumprimento de regras postas por autoridades policiais e pelos próprios detentos.

Destarte, o presente trabalho será baseado na análise de um relato de experiência a cerca de visita técnica feita a duas unidades prisionais do complexo prisional da cidade de Maceió-AL. As visitas tiveram como objetivo o cumprimento de uma etapa pertinente à disciplina eletiva Políticas Públicas para Educação em Prisões (PPEP) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas.

Para fins de análise, faremos a análise qualitativa de uma unidade à outra sob a perspectiva da complexidade, onde serão feitas reflexões sobre a educação como ferramenta de reintegração social fundamentada na complexidade do público alvo no Sistema Prisional Alagoano. Por fim será exposto um levantamento de dados, da população carcerária do Brasil dando ênfase ao estado de Alagoas.

Quanto às visitas, estas foram realizadas na Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, tratando-se de um projeto voltado a trabalhar o respeito entre os sujeitos em privação de sua liberdade, sendo as normas do núcleo, diálogo, transparência e honradez e no Presídio Cyridião Durval de Oliveira Silva. Já a segunda unidade, existe uma realidade totalmente diferente da encontrada no Núcleo de Ressocialização da Capital. Sendo um presídio comum onde os detentos sub judice esperam julgamento cumprindo inicialmente sua pena.

Conhecendo as salas de aula e o interior do Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

No dia oito de abril de 2019 a turma da matéria eletiva de Políticas Públicas para Educação em Prisões (PPEP) se reuniu no hall do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas por volta das 8h da manhã. Após a organização do transporte todos se dirigiram ao Complexo Prisional de Maceió, que se situa nas proximidades da mesma universidade. No primeiro momento a docente ministrante da disciplina, dirigiu o grupo a Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, a turma foi recebida pelo diretor da instituição, que de maneira cordial apresentou-se e contou um pouco da história do projeto. Segundo o diretor da unidade, é um projeto originado de outro país, que deu certo em Alagoas, sendo o índice de reincidência dos reeducandos nele inserido inferior a 2%, o que é considerado baixíssimo levando em consideração as outras unidades prisionais.

Na recepção, havia um balcão com dois agentes penitenciários femininos, uma tv onde se via imagens de toda a unidade prisional, havia também um sofá, ornamentação de troféus e artesanatos confeccionados pelos sujeitos privados de sua liberdade. Na porta de entrada havia um detector de metais que era acionado todas as vezes que os agentes passavam por ele, evidenciando o porte de arma de fogo. Porém, vale salientar que as armas utilizadas pelos agentes não ficavam de maneira visível.

O diretor alertou da presença de reeducandos soltos dentro da unidade e que ali era trabalhada a confiança de maneira humanizada, os próprios reeducandos faziam de tudo para mantê-la, eles passavam por um processo seletivo de quatro etapas para o ingresso no projeto. Cada insubordinação era punida com uma avaliação negativa. Ao termino do mês, se o reeducando acumulasse três avaliações negativas, a permanência no projeto seria reavaliada, caso o resultado fosse negativo, como consequência, ele seria realocado para uma unidade prisional comum. Segundo o diretor o desejo de está lá deveria ser um desejo intimo e próprio do reeducando, pois, a permanência se sucedia do cumprimento de rigorosas regras. Eles poderiam ser penalizados por uma toalha fora do lugar, um desentendimento ou o não cumprimento de alguma tarefa, o peso seria o mesmo que resultaria em uma avaliação negativa ao fim do dia. Mas assim como o mau comportamento era punido, o bom comportamento era premiado com uma avaliação positiva no processo penal do reeducando, a cada iniciativa positiva, receberia uma

avaliação positiva e ao fim do período de seis meses com o acúmulo de três avaliações positivas receberia a avaliação positiva no processo penal.

Foi explicado quanto à cor do uniforme do reeducando, se os mesmos estivessem vestidos de branco era indicação de estar realizando algum trabalho, se estivesse de vermelho o mesmo estaria em seu momento de folga, doente ou pra resolver alguma outra questão judicial.

A unidade tem capacidade para 150 reeducandos, mas no momento havia 127, ou seja haviam vagas, o diretor explicou que, cada reeducando entrava na unidade para exercer um papel específico, e no momento não haviam vagas de trabalho na unidade.

O grupo foi conduzido às celas onde pode observar que todas estavam impecavelmente limpas, não tinha nada fora do lugar, todas tinham TV, ventilador, alguns possuíam até ar-condicionado. Podiam-se ver os cadernos dos reeducandos organizados em cima da mesa de cada um. O diretor explicou que ao ingressar no projeto do Núcleo Ressocializador, o reeducando assina um documento se comprometendo a cumprir uma carga horária de trabalho, ao mesmo tempo em que estuda.

A Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, tem convênio com a faculdade na modalidade EAD-UNOPAR. Com essa parceria os reeducandos poderiam cursar nível superior à distância, já existia o caso de um reeducando em especial que já havia cursado administração e estava se preparando para cursar uma pós-graduação.

Ao fim da visita chegamos às salas de aula, todas climatizadas com cadeiras novas, quadro, armário, as paredes eram decoradas com cartazes, alfabeto, tudo muito limpo e organizado. Diante de minhas experiências na educação considero que o ambiente de estudos exposto era propício a construção da aprendizagem. O local visitado era silencioso e aparentemente possuía condições para realização de estudos. Sendo as salas de aula adequadas e com todos os recursos disponíveis para o profissional de educação efetuar o seu trabalho, entende-se que mesmo se tratando de uma unidade prisional é possível realizar o trabalho docente de forma segura e com todos os recursos necessários.

Havia um laboratório de informática com cadeiras, mesas e computadores todos novos e pleno funcionamento, lá era usado para aulas no nível superior em EAD. Essa sala específica propicia condições para que sejam realizadas as aulas no nível superior

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

em EAD, dessa forma os reeducandos poderão se preparar para o mercado de trabalho enquanto cumpre sua pena.

Conhecendo as salas de aula e o interior do Presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva

O grupo foi a pé de uma unidade a outra, chegamos ao Presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva (Cyridião) por volta das 11h da manhã. Na entrada havia uma mesinha com um agente penitenciário feminino, um balcão com outro agente, alguns bancos onde o grupo pode descansar para espera o diretor da unidade. Foi alertado que só poderiam entrar grupos de 10 pessoas, o grupo possuía 30 pessoas, onde foi dividido em três. No canto da parede havia um reeducando algemado de cabeça baixa, foi questionado a um agente penitenciário quanto aos motivos do detento está fora da unidade. Constituiu elucidado que o mesmo havia cometido alguma infração dentro da unidade, estando ali para passar pela diretoria e receber penalidade, acompanhado de seu advogado.

Todos os agentes estavam armados, havia um movimento intenso de familiares, mulheres, crianças de colo, mães que se aglomeravam no galpão que foi construído para abrigar as famílias. Um constante entra e sai de advogados. Podia-se notar a presença de uns poucos apenados vestidos de branco, realizando algum trabalho dentro da unidade. O agente penitenciário que estava na portaria relatou que ao longo dos anos em que trabalhou na unidade pode presenciar crianças que frequentava a unidade prisional para visitar seus pais retornarem como apenados no sistema prisional, o agente não considerava a unidade prisional ambiente para crianças.

Parou na portaria da unidade prisional, uma van do sistema penitenciário, desceram três agentes com armas de grosso calibre dando ordens para que todos se afastassem da portaria e fossem para o canto da parede, todos obedeceram. Desceram da van três apenados algemados que foram colocados de frente para a parede onde as algemas foram retiradas e os mesmos conduzidos para dentro da unidade.

Para a entrada na unidade foi formada uma fila indiana, o diretor da unidade conduziu o último grupo para dentro, onde havia equipamentos de raio X. Ele explicou os procedimentos de revistas, apontou onde ficava o alojamento dos agentes penitenciários, onde trabalhava a equipe técnica. Fez um breve relato da finalidade da

construção da unidade, que no primeiro momento havia sido construída para o regime semiaberto onde os apenados passariam apenas a noite, por isso tinha sido utilizados tijolos de seis furos na construção, ressaltando a inadequação do material utilizado a esse tipo de unidade, pois as paredes eram frágeis, o que tornava a segurança de quem trabalha na unidade irrisória, sendo que a todo o momento havia o risco de fuga.

Na chegada aos módulos, o diretor explicou que haviam 5 módulos dentro da unidade, um estava desativado apenas quatro módulos funcionavam, a classificação dos módulos era de acordo com o comportamento e periculosidade dos apenados. O módulo quatro e três estavam os mais perigosos, os dois módulos tinham mau cheiro, era quase impossível de se ter um diálogo com os apenados que estavam lá, pois os mesmos não tinham nem um tipo de organização, falavam um por cima do outro, sem falar no auto grau de periculosidades dos sujeitos que ali estavam, segundo as palavras do diretor.

O grupo foi conduzido até os módulos dois e um, antes da chegada ao módulo dois passamos em duas salas de aula improvisadas com bancas gastas e um quadro. O diretor explicou que devido à falta de agentes penitenciários, as aulas não ocorriam todos os dias, pois ele tinha de escolher em fazer a segurança do professor, conduzir os apenados dentro da unidade até a sala de aula, dar alimentação de quase mil homens, levar apenados para ver seus respectivos advogados e trazer a família. Pode-se notar que a unidade possuía um auto grau de insegurança, as salas de aulas construídas de forma improvidas entre os módulos e os módulos estando superlotados o barulho era ensurdecedor, ou seja, era impossível realizar a prática educativa no local.

A sala não possui nem um tipo de recurso além do mínimo esperado para um ambiente de ensino aprendizagem e ainda causava medo em estrá no local. Entende-se que o profissional de educação pode se sentir desprotegido dentro da unidade prisional, podendo ocasional seu adoecimento mental. Um prisional desmotivado dificilmente consegue realizar sua prática de forma satisfatória, sendo assim observa-se que seja repensado a estrutura das salas de aula da unidade referida para propiciar o mínimo de condições de trabalho e de ensino/aprendizagem para os profissionais de educação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

O Contraste entre o Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, e a Unidade Cyridião Durval Oliveira e Silva: uma análise a partir da perspectiva da Complexidade

Diante do relato apresentado será feita uma comparação entre as unidades prisionais à luz da complexidade. Como enfoque teremos as diferenças entre as duas unidades prisionais, onde uma realiza um projeto baseado em módulos de respeito, enquanto a outra tratasse de uma unidade prisional comum com superlotação, falta de funcionários e todos os problemas advindos da falta de investimentos no sistema prisional de todo o país.

Logo na entrada do Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, foi relatado um ambiente calmo, acolhedor onde se observava a total fluência dos trabalhos sendo realizados de maneira em que só era possível diferenciar os reeducados dos agentes penitenciários pelas vestes. Sendo assim os reeducandos tinham seu papel específico na unidade onde deveria cumprir suas obrigações, e no momento livre poderia realizar atividades de lazer como música, artesanato ou jogar dominó desenvolvendo seu processo criativo de forma livre, para Moraes (1997, p. 165) “a aplicação e a dinamização dos processos vivenciais criativos possibilita ao indivíduo maior compreensão dos processos de mudanças que ocorrem tanto consigo mesmo como aqueles derivados da dinâmica evolutiva do mundo em que vive”. Morin no clássico Sete Saberes Necessários Para Educação do Futuro faz saber a importância do desenvolvimento da inteligência geral do sujeito, “quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é sua faculdade de tratar de problemas especiais” Morin (2000, p. 39), dessa forma, só se desenvolve a inteligência geral estimulando os processos criativos.

Na chegada ao presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva o clima de tensão relatado, a confusão de presos, familiares, advogados e agentes penitenciários armados entrando e saindo da unidade, o barulho dos internos, a estrutura precária, unidos com a sensação de insegurança transmitida pelo diretor da unidade, evidenciou a falta de investimentos e a improvisação na implementação da unidade referida. Sendo a quantidade de agentes irrisória comparado ao número de apenados sob custódia.

No entanto em condições extremas de vida e morte compreendesse a imprescindível separação. Os apenados ficavam trancados em celas, onde os módulos

eram divididos por comportamentos, observa-se a impossibilidades de ter qualquer contato direto com qualquer detendo, pois, os mesmos quando não estavam de costas com as mãos na cabeça, estavam em seus módulos onde só se era possível o acesso por buracos na parede. O que é perfeitamente compreensível devido ao grau de periculosidade dos sujeitos. Sendo assim o processo de separação por grau de periculosidade feito dentro da unidade para evitar que haja violência desnecessária, está de certa forma protegendo aqueles que desejam uma mudança na sua trajetória de vida. Mas para a complexidade tudo que separa fragmenta, remete ao reducionismo, pois a teoria formulada pelo filósofo francês Edgar Morin e tantos outros autores nos diz da necessidade de religação do humano com o humano, “ante um paradigma simplificador que consiste em isolar, desunir e justapor, propomos um pensamento complexo que reata, articula, compreende e que, por sua vez, desenvolve sua própria autocrítica” Morin (2003, p. 37).

Em todos os ambientes do Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, eram impecavelmente limpos, onde a organização ficava por total responsabilidade dos reeducandos, assim sendo punido com avaliação negativa o reeducando que descumprisse a obrigação com a organização do seu ambiente de convivência. O sujeito está posto sob regras nas quais são imprescindíveis seu cumprimento para a permanência no projeto de reintegração. Geralmente o indivíduo vai para o sistema prisional devido a sua incapacidade de cumprir as regras postas pela sociedade, sendo assim, lá se trabalha as regras como forma de capacitar o sujeito a se reintegrar na sociedade. O sujeito passa a ser um aprendiz, segundo Moraes (1997, p. 138) ao se referir sobre o foco no aprendiz nos diz que ele se trata de “um ser inconcluso, inacabado, em permanente estado de busca, que necessita se educar permanentemente”.

Já no presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva, diante do relato do diretor, os módulos 03 e 04 o cheiro era insuportável, sendo impossível ter qualquer tipo de diálogo com os apenados, o grau de periculosidade era altíssimo, assim sendo não foi possível chegada do grupo perto desses módulos. A segurança foi privilegiada diante da situação, mas nos módulos 01 e 02, não se sentia mau cheiro, assim foi possível ir até o modulo 01 onde se pode observar alguns reeducandos em culto evangélico.

As salas de aula da Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, eram todas climatizadas e bem equipadas, possuindo um laboratório de informática com computadores novos, ambiente propício para o desenvolvimento da prática educativa.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

Sujeitos com condições adequadas para a aprendizagem são estimulados a aprender, mas o ensino ocorre ainda de forma tradicional. Morin (2003) afirma a necessidade de se desenvolver um método para o ensino que facilite o desenvolvimento de estratégias facilitando a ação, “em seu diálogo, o pensamento complexo não propõe um programa, mas um caminho (método) no qual ponha à prova certas estratégias que se revelarão frutíferas ou não no próprio caminhar dialógico” Morin (2003, p. 31). Moraes (1997) defende a educação que valorize o multidimensão dos sujeitos em que sejam valorizados seus diversos tipos de inteligências, e,

se o foco é o indivíduo, o sujeito coletivo, a aprendizagem e a construção do conhecimento, daí a importância de realizarmos uma prática pedagógica voltada para o desenvolvimento humano como fator preponderante deste momento de transição” Moraes (1997, p. 26).

Entretanto no presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva as salas de aula ficavam entre os módulos de maneira improvisada, havia também o barulho dos detentos ocasionando uma poluição sonora, dessa forma o ambiente em si, era inadequado uma vez que durante as aulas a comunicação entre professor e alunos seria prejudicada.

A Educação Como Ferramenta da Reintegração Social sob a perspectiva Complexa

A complexidade pensa o indivíduo sendo uno, sujeito detendo de múltiplas inteligências, sendo assim os paradigmas educacionais atuais não são suficientes para entender a várias formas de aprender que o mesmo possui. Para Moraes (1997) a educação deve ser voltada a entender o sujeito cheio de emoções e sentimento, que possa contribuir para religação de saberes fragmentado pela ciência clássica.

Para a autora referida a educação deve promover o encontro com o eu superior, em que qualidades do mundo espiritual presentes em cada ser se manifeste nos ambientes educacionais promovendo a religação com coletivo.

Sendo que um pensamento complexo respaldada no ecossistema, no sujeito como parte da teia da vida consequentemente há uma mudança na percepção e valores, uma vez que o mesmo passa a ter consciência da sociedade, criando sentimento ético e de maior preservação da vida, segundo Moraes (1997, p. 173) “a responsabilidade

consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza será o princípio básico do movimento de educação para nova era”.

Uma educação voltada para pensamento complexo que procure entender o ecossistema, o sujeito como parte da teia da vida conseqüentemente há uma mudança na percepção e valores nos indivíduos, uma vez que o mesmo passa a ter consciência da sociedade, criando sentimento ético e de maior preservação da vida, segundo Moraes (1997, p. 173) “a responsabilidade consigo mesmo, com a sociedade e com a natureza será o princípio básico do movimento de educação para nova era”.

Entendemos que é preciso desenvolver o sentimento de responsabilidade dentro do sujeito privado de liberdade para que assim ele mesmo consiga desenvolver o sentimento de ecologização do ser, para que ele saiba de sua importância no todo (sociedade). Ainda segundo Moraes,

responsabilidade para que o ser humano responda com maior sensibilidade às conseqüências de seus próprios atos, para que possa afirmar suas responsabilidades cívicas e sociais e reagir a contradições e injustiças. (1997, p. 174).

Educar para a complexidade significa educar para ecologia do ambiente, para entender o próximo, para respeitar as limitações do outro. Sendo assim, esse novo meio de educar formulado por Moraes (1997), Morin (2003) e tantos outros autores, poderia ser usados dentro de unidades prisionais como meio de religar o sujeito privado de sua liberdade com a sociedade da qual foi marginalizado.

Dessa forma uma educação voltada para acolher com um olhar holístico, que compreenda a individualidade e as dimensões de cada indivíduo, uma educação ecossistêmica que integre indivíduo-natureza de forma que haja a percepção do todo nas partes, do todo em cada ser, que se possa compreender a multidimensão que há em cada sujeito.

Assim com a construção de práticas de aprendizagem que integrem que incluam cada um a sua maneira, a sua diversidade, práticas que elimine barreiras, práticas de aceitação do “ser para consigo, com o outro e com a natureza Alves” (2016, p. 36).

Pensar uma educação respaldada pela teoria da complexidade forma o método como norteador da realização da prática educativa Morin (2003) ao se referir ao método

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

nos diz que o mesmo se inicia com sua busca, o método não apenas guia a aprendizagem, mas nos ensina a aprender.

A importância da descoberta do método ideal para a área que se deseja usá-lo é circunstancial, pois é preciso aplicar o método dentro da circunstância em que o sujeito está inserido. Existe uma relação em que método e teoria se fundem de maneira em que não existe teoria sem a existência do método, “estabelece-se uma relação recursiva entre método e teoria. O método, gerado pela teoria, regenera a própria teoria” Morin (2003, p. 24).

Dessa forma podemos inferir que para se pensar um método se pensa na teoria. O método além de ser uma forma de desenvolver estratégias para o conhecimento, como também desenvolve a ação dessa forma se retroalimentando entre si, “o método é obra de um ser inteligente que ensaia estratégias para responder às incertezas” Morin (2003, p. 29).

Levantamento de dados do Sistema Prisional Brasileiro e Alagoano

Para subsidiar o nosso trabalho utilizamos informações do Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, que foi atualizado em junho de 2016, fizemos uma análise destacando informações nacionais enfocando especificamente no estado de Alagoas.

Foi destacado segundo informações do documento que em Junho de 2016, existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 689.510 pessoas que estão em estabelecimentos administrados pelas Secretarias Estaduais de Administração Prisional e Justiça, o sistema penitenciário estadual; 36.765 pessoas custodiadas em carceragens de delegacias ou outros espaços de custódia administrados pelas Secretarias de Segurança Pública; e 437 pessoas que se encontram nas unidades do Sistema Penitenciário Federal, administradas pelo Departamento Penitenciário Federal.

Em relação ao número de vagas, observamos um déficit total de 358.663 mil vagas e uma taxa de ocupação média de 197,4% em todo o país cenário também agravado em relação ao último levantamento disponível. Sendo que no estado de Alagoas o total pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e em carceragens de delegacias no mento da pesquisa era de 6,957 pessoas, divididas em 9 estabelecimento

prisionais com capacidade para 2.845, com o déficit de vagas de 4.112, ou seja, estão todos superlotados.

Desse montante no estado de Alagoas 29% estão em idade entre 18 a 24 anos, 31% entre 25 e 29 anos, 18% entre 30 e 34 anos, 15% de 35 a 45 anos, 6% de 46 a 60 anos e 1% 61 a 70 anos. Com esses dados pode-se observar que a maioria da população carcerária é de jovens, onde 60% da população carcerária alagoana estão entre 18 e 29 anos dos quais 80% são declarados negros e apenas 20% são declarados brancos.

Ao analisarmos os dados de escolarização da população carcerária alagoana os dados são ainda mais chocantes onde 23% são de analfabetos, 11% são de alfabetizados sem cursos regulares, 48% possuem o ensino fundamental incompleto, 7% com o fundamental completo, 4% com o ensino médio completo e 0% com ensino superior incompleto/completo. Segundo o Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, “destaca-se os estados de Alagoas, que apresenta percentual de analfabetos e alfabetizados (sem cursos regulares) três vezes maior que a média nacional”. Podemos concluir a urgência de ampliação das ofertas de vagas dentro do sistema prisional alagoano, nesse sentido:

[...] a valorização da educação no sistema prisional vincula-se com sua suposta capacidade de reintegração social ou ressocialização. Sua importância não estaria na necessidade de garantir um direito que a pessoa privada de sua liberdade possui, independentemente de sua pena; mas, sim, na capacidade da educação reverter comportamentos, valores e atitudes considerados antissociais, imorais ou simplesmente indesejados para o convívio social extramuros. JULIÃO, RODRIGUES e GODINHO (2018, p. 72).

Com forme os dados apresentados, a população carcerária nacional com deficiência no momento do levantamento dos dados seria um total de 4.130 homens e 220 mulheres. Sendo que 2.395 homens e 162 mulheres com deficiência intelectual, 1.139 homens e 30 mulheres com deficiência física, 358 homens e 11 mulheres cadeirantes, 200 homens e 17 mulheres com deficiência auditiva, 304 homens e 10 mulheres com deficiência visual e 92 homens e 1 mulher com deficiências múltiplas.

No estado de Alagoas foi divulgada a presença de 13 pessoas com deficiência dentro do sistema prisional. Segundo o levantamento feito entre as pessoas com deficiência física, 64% encontra-se em unidades que não foram adaptadas para suas

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

condições específicas de acessibilidade aos espaços, o que determina sua capacidade de se integrar ao ambiente e, especialmente, se locomover com segurança pela unidade.

Considerações Finais

Diante do relato da visita feita nas unidades prisionais pode-se perceber a diferença entre a Unidade Prisional Núcleo Ressocializador da Capital, onde se há a realização de um projeto baseado em módulos de respeito, os detentos circulam livres dentro da unidade realizando trabalhos e estudando no horário contrário. Realizando atividades de artesanato, música leitura e jogos, aonde o nível de reincidência chega a menos de 2%. E o presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva, sendo uma unidade comum com problemas estruturais, superlotação, falta de agentes penitenciários e com salas de aula precárias.

Conforme o levantamento de dados do sistema prisional pode-se ter uma noção da precariedade e da falência das unidades prisionais do país. Compreende-se que há uma necessidade urgente de investimentos nas unidades prisionais existentes, como também a construção de novos presídios. Trata-se de uma questão de segurança pública uma vez que a população carcerária cresce ano após ano. Existe um número irrisório de agentes prisionais comparado com o número de detentos por unidade, sendo assim precisa-se de novos concursos públicos para contratação imediata, na tentativa de promover maior segurança e maior fluência os trabalhos dessa categoria de funcionários, diminuindo assim o adoecimento psíquico entre os agentes penitenciários.

Para tanto entende-se que pensar o currículo educacional a nível superior principalmente na formação docente sob a perspectiva da complexidade pode ser uma saída para transforma a educação no sistema penitenciário brasileiro. Uma vez que envolve circunstância de planejamento complexo onde o reducionismo deve ser evitado afim de priorizar processos formativos complexos adequados aos sujeitos destinados para tal. Visando o cenário educacional a qual se destina o currículo deve-se valorizar as questões políticas e sociais da educação, uma vez que pretende-se evitar “delírios pedagógicos”, Moraes (2010, p. 3), por parte de estudiosos da complexidade.

Dessa forma, antes de cair na armadilha do “otimismo ingênuo”¹, onde apenas o educador sob olhar complexo vai salvar a sociedade e todos os males da educação desapareceram numa mudança repentina. Se faz mister, evitar a construção de um currículo engessado, igualitário sem a reflexão necessária sobre o público que se deseja alcançar, como por exemplo o sistema penitenciário brasileiro.

Sendo assim, para a construção de um currículo na formação docente onde se deve afastar a visão simplista, fragmentada de conhecimento para que se possa evitar a reprodução de informações, deve-se atentar para reflexão diante dos prejuízos causados por epistemologias equivocadas, Moraes (2010) afirma que:

Tais prejuízos ocorrem não apenas em relação aos conteúdos trabalhados, mas, principalmente, no que se refere aos prejuízos político-pedagógicos provocados por uma perspectiva teórica fragmentada, rígida, linear, reducionista presente em algumas visões curriculares estreitas e cientificamente defasadas e indefensáveis. (MORAES, 2010, p. 2).

Não existe mais espaço ao simplismo educacional, os sujeitos complexos em si necessitam de conteúdos e práticas complexas que antes de priorizar os sistemas avaliativos busque adequar-se à realidade desse sujeito que está inserido dentro do sistema prisional, em seus processos formativos,

[...] um bom currículo é sempre muito importante ao trazer consigo um fortalecimento políticopedagógico da comunidade educacional envolvida, além da possibilidade de construção de uma cidadania planetária cada dia mais urgente e necessária. (MORAES, 2010, p. 3).

A inserção do pensamento complexo nas discursões relacionadas sobre currículo se faz necessária podendo através da promoção do diálogo efetivar ações políticas comprometidas com a realidade social dos educandos abarcando a necessidade atual de sujeitos ativos, criativos, conscientes e reflexivos.

O currículo educacional sendo considerado instrumento de suma relevância para a ação educacional e potencial transformador da mudança do pensamento reducionista na formação docente, podendo-se através dele a implementação do

¹ Parafrazeando Mario Sergio Cortella em sua obra *A Escola e o Conhecimento Fundamentos epistemológicos e políticos*, São Paulo, Cortez Editora, 2002. Onde o autor abordando as relações sociedades escola (p. 131) infere que o “otimismo ingênuo atribui a escola uma missão salvífica, ou seja, o educador se assemelharia a um sacerdote, teria uma tarefa quase religiosas e, por isso, seria portador de uma vocação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

pensamento complexo na realidade educacional do nível superior. Precisa-se através de análises inteligentes abrangendo questões sociais, e nitidez relacionada epistemologia no que concerne à educação, desviando do reducionismo, sendo compreendido por Moraes (2010), que:

[...] o currículo é um excelente instrumento para se discutir as questões relacionadas à complexidade e suas implicações na educação, além de ser um estímulo importante para se incentivar o pensamento relacional que a epistemologia da complexidade exige.” (MORAES, 2010, p. 3).

Destarte, um currículo sob os pressupostos da complexidade é construído a partir de feedbacks retroativos, um caminho que se faz ao caminhar, podendo ser modificado com a imprevisibilidade das ações do cenário educacional. Sendo o currículo um documento norteador das ações educacionais, dando assim identidade a instituição escolar, “revela também a visão de sujeito e de mundo compartilhada por determinada comunidade educacional, o conjunto de princípios que norteia suas ações, independente da área de interesse ou da especialidade de cada professor”, Moraes (2010, p. 4).

Pretende-se ter abertura prevista no currículo ao ser formulado, pois não se é possível planejar todas as ações a serem realizadas no âmbito educacional, principalmente relacionando a formação docente, onde sujeitos de diversas idades, experiências de vidas diversificadas, encontram-se em um mesmo local de aprendizagem podendo haver múltiplos acontecimentos inesperados. Sendo cabível para o documento a previsibilidades de situações adversas no ambiente de ensino-aprendizagem.

O currículo é um documento norteador das ações educativas, com suas bases teóricas para sua efetivação, para Moraes (2010):

Currículo é, portanto, o instrumento de concretização do projeto referencial da escola. Um documento que traz uma rede de referências importante, a partir da qual se tenta organizar o trabalho educacional e contribuir para a formação do sujeito aprendente, tendo em vista a construção de uma sociedade democrática. Com base no currículo, seja ele formal ou informal, explícito ou implícito, é que as escolhas são feitas, os caminhos e os percursos são traçados e vivenciados no cotidiano escolar. Mediante sua elaboração e apresentação é dada a partida para o jogo de poder que acontece dentro da escola. (MORAES, 2010, p. 4).

Diante do que vem sendo discutido, exploraremos algumas implicações do pensamento complexo no currículo a partir de Moraes (2010) que nos diz “que Conscientes ou não, somos construtores, criadores e recriadores das propostas curriculares no momento de sua materialização em sala de aula”, (p. 7). Ou seja, sendo nossa realidade complexa e multidimensional, sendo resultado de interações de sujeitos de um mesmo ambiente, os acontecimentos se faz a partir de ações realizadas por esses sujeitos. A autora completa ainda que:

[...] a complexidade nos diz que o currículo já não pode continuar sendo o arauto das verdades pré-programadas e nem a escola o “lócus das certezas” absolutas, já que a incerteza é inalienável ao processo e o significado de algo é socialmente construído. Ele não é pré-existente, mas construído socialmente, dinamizado culturalmente, mediante relações de poder nas quais o sujeito está implicado. (MORAES, 2010, p. 8).

Pensar o currículo para a complexidade dos sujeitos deixa-se de lado a racionalidade, hierarquia, o autoritarismo e passa-se a pensar no contexto social, no sujeito detentor de sua inteireza, nas múltiplas realidades de sujeitos diferente “esse pressuposto é muito importante, pois desvela o contextualismo, bem como o poder das circunstâncias criadas nos ambientes de aprendizagem e a importância das influências sócio-culturais”, Moraes (2010, p. 9).

Diante da pluralidade cultural existente na formação docente pensar o currículo a parti da complexidade auxilia na manifestação de diferentes culturas e processos de aprendizagem, evitando os rótulos como meio de entendimento cultural/educacional. Promovendo o acolhimento as diferentes com suas múltiplas interpretações de mundo, “a atenção à diversidade não é apenas uma questão de adaptação ou preocupação com a normalidade curricular, mas, sim, um processo de inclusão e de transformação da realidade”, Moraes (2010, p. 9).

Entende-se que currículo muito mais que um documento para organizar a formação docente é também um produtor de interações de culturas diferentes, a partir de processos de natureza complexa deveria ser auto-transformador, auto-produtor de si mesmo. Mas a efetivação de um currículo na formação docente sob bases epistemológicas da complexidade tem um longo caminho até ser efetivado, de forma a continuar os estudos para maior aprofundamento teórico para fortalecer suas bases.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

Dando ênfase a subjetividade do indivíduo presente nos processos educativos que acometem ambientes de aprendizagem, Moraes (2010) sob aspectos importantes trabalhados no currículo a partir da complexidade diz respeito a:

[...] à insustentabilidade do pensamento pedagógico que separa disciplinas e que apenas valoriza o pensamento abstrato e verbal e não as inteligências interpessoal, intrapessoal e espiritual do ser humano. É insustentável aquele pensamento que recorta, isola, mutila, fragmenta os objetos do conhecimento e a realidade pesquisada e que ainda continua presente na sala de aula e nos processos de reorganização curricular. Tais processos, desenvolvidos em sua maioria como projetos educacionais, normalmente não levam em consideração outras experiências e saberes importantes, outras competências e habilidades significativas, na tentativa de domesticar os processos cerebrais desenvolvidos pelo hemisfério direito, no qual predomina a criatividade, a intuição e o imaginário. (MORAES, 2010, p. 12).

Na atual conjuntura a formação docente está dividida em semestres e disciplinas, sendo obrigatória a presença dos docentes em pelo menos 75% das aulas de cada disciplina, tendo que obter no mínimo na avaliação final de cada disciplina 5.5. A obrigatoriedade da presença dos discentes não garante que se efetivem a aprendizagem, a média preponderante das avaliações não medem o conhecimento real e sim o estado que estava no momento da avaliação.

Existe um compartimento de disciplinas para especialização de cada área do conhecimento, reconhecemos tal necessidade da disjunção das disciplinas para compreendermos o funcionamento do todo. Mas a complexidade traz a necessidade da junção das disciplinas que foram separadas. Sob os operadores cognitivos do pensamento complexo infere-se que o todo está nas partes e as partes estão no todo, mas por vezes o todo é maior que a soma das partes e por vezes a soma das partes é maior que o todo (MORIN, 2003), dada a necessidade do entendimento da subjetividade dos sujeitos em formação.

Por tanto a complexidade busca a interação das disciplinas para que se efetive o real aprendizado diante das múltiplas realidades presentes. Ou seja,

[...]começar a interagir umas com as outras, mediante comunicação de ideias e integração mútua de conceitos, de epistemologias, terminologias, metodologias, estratégias ou outros procedimentos educacionais quaisquer. (MORAES, 2010, p. 13).

Estando ciente da necessidade da busca de novos paradigmas educacionais que possam ser implantados no currículo na formação de docentes, para que se efetive uma nova educação pautada no pensamento complexo. Busca-se a interação entre as disciplinas e o intercâmbio de conhecimento, onde possa haver trocas e interações de forma a promover o religamento entre dos saberes. Diante de tais emergências busca-se a partir da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade promover tais mudanças.

Sendo a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade oriundas do pensamento complexo, onde a partir delas se forma o ideal de educação para abarcar os diferentes tipos de conhecimento e diferentes formas de aprendizado. Entende-se que, mesmo que “reconheçamos sua importância, já não podemos continuar isolando os atores curriculares nos espaços confinados de suas disciplinas, pois o real não é disciplinar e não se manifesta da mesma maneira como são organizadas as grades curriculares”, Moraes (2010, p. 14).

Por tanto é suma importância a compreensão de que o conhecimento não se limita no término das disciplinas. Deve-se ficar claro para o docente em formação que existe outras fontes, outros pensamentos que divergem do apresentado. Sendo o conhecimento muito mais amplo e diversificado suas formas de elaboração. Diante da discussão proferida, tomamos como base epistemológica Morin (2003), para indicarmos os operadores cognitivos do pensamento complexo como norteadores para a formulação de um currículo transdisciplinar.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Dolores Fortes. **Práticas de Aprendizagens integradoras e Inclusivas: autoconhecimento e motivação**. RJ: Wak Editora, 2016.

Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A).

IRELAND, Timothy. D. Anotações Sobre a Educação em Prisões: direito, contradições e desafios. In: CRAIDY, Carmem Maria (org.) **Educação em Prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGV, 2010. p. 23-35.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. RODRIGUES, Fabiana. GODINHO, Ana Claudia. Políticas Nacionais de Educação nos Espaços de Privação de Liberdade: análise da organização da educação escolar e não escolar nos planos estaduais nas prisões. In: SILVA, Conceição Valença. PIMENTEL, Elaine (Org.) **Educação em Prisões: princípios, políticas públicas e práticas educativas**. Curitiba: CRV, 2018. p. 65-83.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA VISITA TÉCNICA FEITA ÀS SALAS DE AULA DE DUAS UNIDADES PRISIONAIS DE MACEIÓ

MORAES, Maria. Candido. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MORAES, Cândida Moraes, Complexidade e currículo: por uma nova relação, **Polis [Online]**, 25 | 2010, posto online no dia 23 abril 2012, consultado o 29 de fevereiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/polis/573>.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio. Roger; MOTTA, Raúl. Domingo. **Educar na Era Planetária O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. Cortez Editora, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. **O Método 6 Ética**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

NICOLESCU, Basarab. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. Triom: São Paulo, 1999.